

Sobre a maternidade

MARIA DE JESUS CORREIA (*)

«... a Maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado... e a mãe continua, no nosso inconsciente colectivo, a ser identificada com Maria, símbolo do indefectível amor-dedicação.»¹

INTRODUÇÃO

A Maternidade é alvo de investigações, ensaios e dissertações realizadas pelas diferentes áreas que se interessam pelo estudo do Homem; Antropologia, História, Sociologia, Psicanálise e Psicologia são alguns exemplos.

Nenhuma delas fornece um quadro completo de respostas. A Maternidade surge-nos como um fenómeno demasiado complexo para que qualquer uma das referidas áreas de *per se* possa fornecer elementos explicativos para toda a sua dinâmica. É necessário recorrer aos contributos que cada uma nos pode dar para se atingir um mais completo entendimento do fenómeno.

«Basta-nos olhar para as diferentes manifestações do papel de mãe noutras civilizações para compreender que a Maternidade também é uma

actividade multidimensional» (S. Kitzinger, 1978).

Reflectir sobre os aspectos psicológicos da maternidade, no nosso tempo, só adquire um sentido completo se o fizermos de uma forma enquadrada aos níveis: histórico, antropológico e social.

1. ABORDAGENS/EVOLUÇÕES

Ter um filho é considerado em cada civilização de um modo diferente; ser mãe pode ser visto como uma experiência perigosa, dolorosa, interessante, satisfatória ou importante, numa determinada mulher, numa determinada civilização. A forma de a vivenciar associa-se quer às suas características individuais quer à atmosfera cultural que a circunda.

«A maternidade, tem como pano de fundo a dinâmica da sociedade num certo momento historicamente determinado. Inscreve-se, deste modo, em padrões de cultura nos quais concepções como “infância”, “qualidade de vida”, “direitos e

(*) Psicóloga Clínica na Maternidade Dr. Alfredo da Costa, Lisboa.

¹ Elisabeth Badinter (1980), *O Amor Incerto*. Lisboa: Relógio d'Água.

deveres dos cidadãos” têm uma importância primordial» (Isabel Leal, 1990).

«O estilo de maternidade, é uma expressão da cultura e engloba um sistema de valores relacionados com o que é a mulher e, também com o que é o filho; as atitudes para com ela variam de acordo com as classes sociais» (S. Kitzinger, 1978).

Para E. Badinter (1980) e contrariamente às ideias dominantes, o amor maternal não se encontra inscrito na profundidade da natureza feminina. Refere que quando observamos a evolução das atitudes maternas verificamos que o interesse e a dedicação à criança ora se manifestam ora não. Neste sentido, será em função das exigências e dos valores dominantes de uma sociedade determinada que são determinados os papéis respectivos do pai, da mãe, da criança.

Ainda para a mesma autora (1992) o amor maternal é algo infinitamente complexo e imperfeito; longe de ser instinto é condicionado por múltiplos factores, independentes da «boa natureza» ou «boa vontade» da mãe; seria preciso um milagre para que este amor fosse como se tem escrito. Segundo ela, depende não só da história pessoal de cada mulher, da oportunidade da gravidez, do seu desejo da criança, da relação com o pai mas também de factores sociais, culturais e profissionais.

Falar de Maternidade leva-nos de imediato a pensar num outro conceito – o de Gravidez. Frequentemente são tidos como sinónimos mas «traduzem duas realidades bem diferenciadas entre si, tecidas que são em imaginários diferentes» (I. Leal, 1990).

Gravidez será o período de cerca de quarenta semanas entre o momento da concepção e o parto; é uma fase temporalizada e que se caracteriza por modificações no corpo, acompanhadas das consequentes vivências psicológicas.

Maternidade não corresponde a um acontecimento biológico mas a uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica. Envolve prestação de cuidados, envolvimento afectivo... em medidas variáveis.

Mas, a vivência de ambas depende não só das características individuais de cada mulher mas também do seu enquadramento socio-histórico.

Durante milhares de anos, por todo o mundo, valorizou-se a fertilidade, tomada como uma

dádiva de Deus e depreciou-se a infertilidade tida como um castigo.

A atitude perante a concepção e perante a gravidez varia no mundo. Numas sociedades, a gravidez é festejada como a prova de fertilidade, noutras nem tanto mas, em todas é importante que a criança seja aceite por um homem enquanto filho; por vezes, pouco importa se é ou não o pai biológico.

Em muitas sociedades, é quando a mulher está grávida que se estabelece a relação do casal enquanto casamento. Por exemplo, entre os pigmeus Mbuti do Congo quando uma rapariga fica grávida a união é reconhecida como unidade de estrutura social sendo a separação quase impossível (Kitzinger, 1978).

Em algumas civilizações africanas as grávidas solteiras são tratadas com severidade.

Em muitas sociedades a gravidez é um estado ritual, a futura mãe tem uma relação ritual especial com toda a sociedade.

Existem cerimónias de gravidez, para proclamação, com a função de integração na sociedade mas, mais ainda, com a função de ligação do presente ao passado, do humano ao divino.

Outras civilizações consideram a grávida numa condição ritual especial que liga as mulheres e os bebés que vão nascer à terra e aos deuses. Assim, as mulheres continuam as suas ocupações habituais desde que tenham o cuidado de atender aos tabus que a protegem e ao bebé (Kitzinger, 1978).

Na Grécia Antiga, a casa da mulher grávida era considerada um lugar de asilo inviolável, um santuário sagrado onde até os criminosos encontravam abrigo.

Entre os Romanos, à porta das suas moradas, as grávidas suspendiam grinaldas ou folhas de louro para evitar visitas incómodas, ficando as suas casas interditas aos próprios oficiais de justiça e credores.

Entre os Índios Guayaku do Paraguai a grávida possui numerosas virtudes mágicas pois encontra-se estreitamente ligada ao seu filho (ainda por nascer) e este está em comunicação com o mundo dos espíritos; é-lhe atribuído o conhecimento de numerosos segredos, de prever o futuro e de predizer a morte de parentes (Barbaut, 1990).

Na nossa sociedade, não existem rituais deste tipo mas, a grávida torna-se «doente» e necessi-

tada de cuidados médicos como alguém com problemas de saúde. Isto acarreta uma diminuição de confiança em si próprias quanto à sua capacidade de prosseguir uma gravidez e dar à luz sem intervenção médica.

Os Arapesh da Nova Guiné confiam na sua saúde e bem estar do bebé; para eles, ter um filho, é uma expressão aplicada ao homem e à mulher. O pai está muito envolvido, e intervém directamente nos preparativos (S. Kitzinger, 1978).

Na nossa civilização, o papel do homem é secundário; mesmo quando assiste ao parto, fá-lo frequentemente como observador.

Estudos e observações citados por Kitzinger mostram que em diferentes civilizações é comum a aproximação emocional da grávida à sua mãe, identificando-se com ela, como se a gravidez unisse gerações; a grávida, revive através do seu corpo uma experiência universal e partilhada pela maioria das mulheres. A mãe, mulher mais velha, revive através da recordação as emoções da gravidez e do parto.

Hélene Deutsch (1949) refere que «em relação aos filhos, todas as mulheres repetem a história da sua própria relação com a sua mãe».

Falar de gravidez implica não esquecer um outro momento a ela associado – o parto.

Não podemos considerar o parto como um simples acto biológico; também ele tem múltiplas influências do funcionamento psicológico e do ambiente sócio-cultural.

Em algumas sociedades, é o nascimento do bebé e não a relação sexual que consoma o casamento (Kitzinger, 1978).

O parto, funciona assim como um acontecimento que afecta não só a relação homem/mulher mas também a relação com os membros do clã em que se inserem. Define também a nova identidade da mulher que passa agora a mãe.

Uma parte do que acontece no parto é fisiológico mas a influência da cultura torna, por vezes, confusa a distinção de quais os elementos fisiológicos que o compõem.

Estas influências, sejam elas nas sociedades primitivas pelos feiticeiros ou nas modernas pelos médicos, tornam-se frequentemente num controlo que não permite à mulher dar a resposta vinda do seu próprio corpo.

Revelações de antropólogos citados por Kitzinger mostram que o parto raramente é a casual expulsão de um bebé como frequentemente pen-

samos das sociedades primitivas. Nestas, antes pelo contrário, ele é rodeado por rituais, mitos, preceitos, proibições e tabus.

Kitzinger considera o parto humano um acto social e cultural onde um contexto de costumes tem lugar num conjunto de processos fisiológicos espontâneos.

Assim, é frequente a vontade de apressar o trabalho de parto havendo em torno destes momentos práticas «mágicas» consideradas como facilitadoras. Por exemplo, «deve a grávida beber dente de cão pulverizado e misturado com vinho. As dores serão acalmadas e o feto será expelido com mais facilidade» (excerto de «A gravidez» in Lima, FCP, Arquivo de Medicina Popular II de Alexandre Carneiro citado por Teresa Joaquim, 1983).

Desde a condenação de Eva feita por Deus e citada por Génesis, III, 16, que se considera que a mulher sofre como castigo os padecimentos da gravidez e as inevitáveis dores do parto.

Já as representações da mulher datadas da Antiguidade representam um corpo que, em parto, sofre: sofre com dor, sofre com medo.

Todas as representações do parto se constroem em torno da dor: «parir é dor, criar é amor», ou «nascido sem dor, criado sem amor» ou ainda «a dor ensina a parir» são ditos populares bem exemplificativos (citados por Teresa Joaquim, 1983).

A estreita ligação entre vida e morte no crucial momento do parto são um tema universal.

Em Esparta, a mulher que morria durante o parto era identificada com o homem que morria em combate por defesa da pátria e tinha direito às mesmas honras (Barbaut, 1990).

Até ao séc. XVII o parto era considerado «assunto de mulheres»; a parteira e a mãe ajudavam a criar um clima de confiança emocional que funcionava como mais tranquilizador para a parturiente.

Usavam-se frequentemente talismãs, orações e receitas mágicas como auxiliares para a dor.

A profissão de parteira é já referida no Antigo Testamento sendo portanto um dos mais velhos ofícios do mundo onde apenas lhe é exigida uma conduta irrepreensível no plano dos costumes (Barbaut, 1990).

Os homens eram, em geral, excluídos do parto. Só no séc. XVII surge o médico na assistên-

cia ao parto e começa a considerar-se a cesariana separada da morte da parturiente.

Paradoxal é que é aos homens que é conferido inicialmente o poder de ser médico obstetra passando assim o homem a não ter uma presença temível, presença que anteriormente levava a considerar-se a mulher como desonesta, indecente e desprezível.

Conta-se, que foi Luís XIV que em 1663 chamou um cirurgião para ajudar ao parto da sua amante principal iniciando assim a presença dos homens num parto.

Também a forma como é vivenciada a Maternidade vem variando em função das exigências e dos valores que dominam numa determinada sociedade num determinado momento. Verificamos que a instauração do patriarcado fez com que a mulher, até então detentora do poder, o perdesse em detrimento do homem, que passa a estabelecer as regras do parentesco da coesão social e do poder no grupo. (Anteriormente, a mulher, através da maternidade, era quem definia o grupo.)

Durante séculos foi assim: valorizou-se o masculino sendo o feminino visto como algo que lhe está subordinado não se atribuindo valor especial à função materna.

Antecedendo o meio do séc. XVIII predomina a «ausência de amor» enquanto valor familiar e social; isto não significa que o amor não existisse, o que era verdade era que não lhe era dado o estatuto e a importância da actualidade (Badinter, 1990). Obviamente que isto se liga ao modo como se vive a família e, consequentemente ao modo como estão ligados pais e filhos.

Mesmo quando a fertilidade era valorizada o infanticídio era praticado em situações de miséria. Os bebés eram «acidentalmente» sufocados ou deixados cair de cabeça (Kitzinger, 1978).

Na Idade Média, o infanticídio era mesmo preferido ao aborto sendo o mais usado para limitar o número de filhos. Era considerado como tendo os méritos de preservar a vida da mulher, posta em perigo com o aborto, e de salvar para uma vida celeste a criança (C. Bonnet, 1990).

É na Renascença que se dá a legalização da proibição do infanticídio.

Também o abandono foi uma prática banal durante a Antiguidade. Em certas sociedades o pai de família tinha o direito de escolha pela vida

ou pela morte da criança. O recurso ao abandono funcionava como um modo de fazer morrer uma criança indesejável; segundo pensavam, era um modo de deixar aos deuses a responsabilidade última da vida ou da morte (C. Bonnet, 1990).

É apenas no séc. XVIII (no último terço) que se dá uma revolução de mentalidades que conduz a uma alteração na imagem de mãe, no seu papel e na sua importância.

Só após 1760 surgem publicações que recomendam às mães que cuidem pessoalmente dos filhos e os amamentem elas próprias.

O séc. XIX é, consequentemente, um importante marco na origem de uma «nova mulher»: educadora, mãe, criadora da sociedade futura. Passou a esperar-se uma quase onipotência por parte da mulher.

Cria-se assim à mulher a obrigação de, antes de tudo o mais, ser mãe.

Segundo Badinter (1980) este é o início do mito que, ainda hoje, quase duzentos anos mais tarde, continua vivo – o do amor maternal enquanto amor espontâneo.

Temos portanto o surgimento de um novo conceito – Amor Materno.

Deste modo, é o séc. XVIII o início da construção da nova imagem de mãe, cujas linhas se vão tornando mais marcadas nos séculos seguintes. Começa a considerar-se a criança o objecto de valor privilegiado na atenção materna; insiste-se em que a mulher se sacrifique para a melhor qualidade de vida do seu filho.

A amamentação é um dos primeiros indicadores de mudança no comportamento da mãe.

Obviamente que isto se liga às grandes mudanças nas vivências familiares que surgem no final do séc. XVIII e durante o séc. XIX com a valorização dos laços afectivos em especial em torno da figura da mãe. Há um clima centrado no interior, no dentro, no afecto «in» da família.

Começou a dar-se um sentido diferente à maternidade, alargada e estendida à vivência da família muito para além dos nove meses de gravidez.

A Psicanálise, irá promover a mãe, a grande responsável pela felicidade do seu filho que passará a ser uma grande marca na definição do seu papel.

A nova imagem da mulher «normal» será a da dedicação e do sacrifício, características estas que alguns psicanalistas descreviam como per-

tencendo à «natureza» da mulher (Badinter, 1980).

Isto trouxe uma contrapartida complicada para as mulheres «que não atingiam» a nobreza destas novas tarefas associadas à maternidade e que, perante uma dificuldade infantil eram imediatamente culpabilizadas.

De um modo geral podemos considerar que esta mudança de mentalidade teve repercussões em duas grandes linhas: por um lado, permitiu a muitas mulheres viver a maternidade alegre e orgulhosamente, realizando-se numa actividade sentida como útil e gratificante. No entanto, por outro lado, desencadeou noutras mulheres um certo mal estar pois, por uma espécie de pressão ideológica sentiram-se obrigadas a ser mães sem que esse fosse um real desejo. Consequentemente, a sua vivência da maternidade caracteriza-se por uma certa culpabilidade e frustração não encontrando neste papel satisfação pessoal. (Na perspectiva de Badinter isto poderá estar associado à origem de muitas neuroses nas crianças e em suas mães)

Pelo séc. XIX era impossível conceptualizar mães boas e más; não existia um grau intermédio; as mulheres ou eram consideradas boas ou incapazes e indignas.

Badinter considera que a personagem Rennée de L'Estorade, de Balzac, («Memórias de duas recém-casadas») como um dos melhores exemplos de uma «boa mãe» e dos seus sentimentos: «Rennée de L'Estorade poderia ser o modelo de todas as mulheres do seu século e mesmo do nosso» – diz Badinter. Esta personagem, pertence ao tipo de mulheres que tudo investiram na maternidade, numa vida sem paixão, ambição ou sexualidade. A maternidade é por ela vivida com a complexidade «normal», complexidade que acarreta sentimentos contraditórios mas com os quais ela própria sabe lidar, convertendo o sofrimento em felicidade de um modo exemplar.

Diz Rennée «uma mulher sem filhos é uma monstruosidade: nós somos feitas somente para ser mães».

Considera-se, portanto, que Rennée é a norma que toda a mulher deve imitar pois só assim respeitará a sua verdadeira natureza.

Nas palavras de Badinter esta seria a mãe ideal para Freud, Winnicott e H. Deutsch. Deste modo, o discurso psicanalítico vai contribuir para tornar a mãe a figura central da família, res-

ponsável mesmo pelo equilíbrio psíquico do filho.

H. Deutsch (1949) vem definir «boa mãe» como a mulher feminina que permite a interacção harmoniosa das tendências narcísicas com as aptidões masoquistas para, assim, suportar o sofrimento. O desejo narcísico de ser amada metamorfoseia-se na mulher maternal por uma transferência do Eu para a criança que não é mais do que uma substituta do Eu.

Este aumento da responsabilidade da mulher pelos finais do séc. XIX levou ao decréscimo da importância da imagem do pai (autoritária).

Atendendo aos textos de Winnicott observamos o pouco relevo que dá ao pai, na vida da criança; Winnicott valoriza apenas a importância da sua presença viva durante os primeiros anos de vida do bebé.

Autores psicanalistas mais recentes (por exemplo Lacan ou F. Dolto) dão novo ênfase ao pai fazendo, no entanto, uma dissociação entre o pai simbólico e o pai físico. Lacan desenvolve o conceito «nome do pai», significante que vem a representar no inconsciente da criança o pai simbólico – suporte da lei.

A grande responsabilidade posta na mulher relativamente ao desenvolvimento da criança era acompanhada de uma dinâmica familiar em que a mulher era subordinada ao marido.

Com a I Guerra Mundial a mulher viu-se desafiada a ocupar o lugar do homem que ia para a guerra. Constatou a sua capacidade de ir mais além do que ter filhos e educá-los.

Quando regressaram da guerra os homens depararam com as conquistas das mulheres que, agora, dificilmente voltariam para casa depois de se reconhecerem com outras capacidades.

A mulher assegura assim a sua independência através da actividade profissional o que vem alterar o tipo de relação que vinha mantendo com o homem.

É nos anos 60 que nasce um movimento feminista que se estende pelo mundo ocidental.

Surge um novo discurso feminino – destrói-se assim o mito da passividade da mulher, das suas características masoquistas; morre a teoria da mãe espontaneamente dedicada e sacrificada.

As mulheres começam a recusar a maternidade como a única razão para a sua felicidade e realização; começam a «exigir» aos homens a

partilha dos encargos da maternidade e da educação.

A maternidade deixa de ser a primeira e única preocupação da mulher; a par dela vêm outros ideais.

Isto, é concomitante com a mudança também no homem, com uma certa revolução na mentalidade masculina; o homem, começa a participar na gravidez da mulher, compartilha o nascimento e as tarefas exigidas pelo bebé pois agora partilha a sua vida com uma mulher que não quer ser mãe a tempo inteiro.

Tudo isto, pode parecer brusco e inesperado mas vem sendo resultado de longos processos em que intervém uma interacção de vários factores.

Actualmente, a decisão de ter filhos é algo pensado e repensado; com a proliferação dos anticoncepcionais a/o mulher/casal, tem filhos se o quer e quando quer; a maternidade acontece predominantemente num contexto de projecto em conjunto com outros projectos (profissionais, económicos ...).

Neste sentido, vai o aumento do número de mulheres que tem o primeiro filho para além dos 35 anos (habitualmente designado primiparidade tardia) o que, na actualidade, é função do nível de diferenciação socio-económica em todo o mundo.

«A mulher a que Simone de Beauvoir chama independente, estuda, tira um curso, ingressa numa carreira profissional; atendendo às dificuldades de conciliação irá adiar cada vez mais o ser mãe» (M. J. Correia, & I. Leal, 1989).

2. MATERNIDADE ACTUAL: ALGUMAS CONTINGÊNCIAS PSICOLÓGICAS

O conceito de maternidade actualmente é encarado de uma nova forma apesar de ainda se assistir «à lógica ancestral de que o feminino se cumpre no materno; como se o materno não fosse uma possibilidade do feminino mas o feminino ele mesmo» (I. Leal, 1995).

Como já referi anteriormente, exercer a maternidade vem sendo cada vez mais uma opção entre outras na vida da mulher o que nos encaminha para uma maior distância da relação directa entre Maternidade e Feminino. Estamos já

distantes do tempo em que realizar o Feminino passava pela realização do Materno.

Ao ideal de Maternidade anteriormente aspirado por qualquer mulher (sentido mesmo como a confirmação da sua feminilidade) acresce-se um vasto número de outros ideais igualmente importantes.

Langer (1986) analisa esta questão de um outro modo: «A natureza humana tem uma grande maleabilidade que vai respondendo adequadamente às diferentes culturas e às diferentes épocas mas, a maleabilidade tem limites...».

Neste sentido, considera que, à mulher actual, se exige um esforço de adaptação a uma sociedade que, descreve como anti-maternal.

A exigência de uma integração interna harmoniosa entre satisfação profissional, satisfação amorosa e satisfação maternal nem sempre é fácil de conseguir.

Considera, portanto, que a mulher dos nossos tempos vive, de um certo modo, em conflito consigo própria.

A expressão desse conflito pode surgir, na sua opinião, dos seguintes modos: dificuldade no relacionamento com os filhos, complicações várias na vida fértil ou, tratando-se de um conflito demasiado grave, na total rejeição da maternidade.

Para F. Dolto (1981) o sentimento materno, por mais atento e amoroso que seja só é vivificante para a criança quando coexiste na sua mãe com sentimentos conjugais e com interesses culturais e sociais; na sua opinião isto só é possível numa mulher tornada adulta no plano narcísico.

Para Langer (1986), o insucesso da gravidez (conducente à não concretização da maternidade) poderá ser um exemplo da dificuldade de integração de múltiplos ideais da mulher.

Considera que «a defesa psicossomática mais radical contra as angústias provocadas pelo desenvolvimento de uma gravidez consiste no aborto – expulsão prematura de um embrião não integrado psicologicamente».

É frequente que estudos obstétricos com mulheres em situação de morte fetal ou de aborto, não encontrem causas orgânicas explicativas. Cabem aqui as causas psicológicas.

Estes insucessos de gravidez revelam-nos então uma impossibilidade no vivenciar da gravidez e/ou da maternidade; uma incapacidade no conseguir representar-se como grávida e/ou

como mãe. Estar grávida, no caminho de ser mãe, coloca estas mulheres numa situação de conflito que não conseguem elaborar utilizando como forma de expressão a via psicossomática.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo como a mulher vive a gravidez e a maternidade pode relacionar-se com duas ordens de factores. Por um lado uma componente cultural que influencia o sentir e o agir da mulher nesses períodos; por outro lado, os componentes intrínsecos da própria mulher que têm a ver com as suas características de personalidade.

Pensar e reflectir sobre a maternidade implica ter em conta a forte interrelação destas duas linhas, nem sempre fáceis de destringir.

Na abordagem histórica e antropológica das atitudes maternas não se encontra um comportamento universal e necessário por parte da mãe. Verifica-se, isso sim, a grande variabilidade na sua expressão segundo as suas experiências, a sua cultura, as suas ambições, os seus projectos, o seu funcionamento afectivo-emocional.

A evolução das sociedades tem um ritmo lento e, processa-se devido a uma complexidade de factores que, frequentemente escapam ao imediato controlo dos indivíduos.

Neste momento, assistimos à contextualização técnica do nascimento; o nosso imaginário é povoado de tecnologia, de aparelhos, de técnicos sabedores.

Por outro lado, vivemos um momento de transição: estamos a tentar apagar do imaginário colectivo a figura suprema de Mulher/Mãe do passado (que, frequentemente ainda nos assalta) para a substituir por uma outra que divide o espaço do nosso imaginário com um outro alguém – o Pai.

Toda esta transição na vivência da Maternidade, na qual se implicam movimentos sociais, culturais e psicológicos é, obviamente, exigente em termos de mecanismos adaptativos do Eu. Para esta exigência nem sempre se conseguem as respostas adequadas; podem, por exemplo, sobrevir conflitos psicológicos que apenas encontram a sua expressão no sintoma psicossomático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Badinter, E. (1980). *O amor incerto*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Badinter, E. (1992). *XY Identidade masculina*. Porto: Ed. Asa.
- Barbaut, J. (1990). *O nascimento através dos tempos e dos povos*. Lisboa: Terramar.
- Barreno, I. (1992). Maternidade, mitos e realidade. *Cadernos da Comissão da Condição Feminina*, 36. Lisboa.
- Bonnet, C. (1990). *Geste d'amour. L'accouchement sous X*. Paris: Ed. Odile Jacob.
- Correia, M. J., & Leal, I. (1989). Primiparidade tardia: Estudo exploratório. *Revista Arquivos da Maternidade Dr. Alfredo da Costa*, 1, 52-55.
- Deutsch, H. (1949). *La psychologie des femmes. Vol. II, Maternité*. Paris: PUF.
- Dolto, F. (1981). *No jogo do desejo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Joaquim, T. (1978). *Dar à luz*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Kitzinger, S. (1978). *Mães. Um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa: Ed. Presença.
- Langer, M. (1986). *Maternidade e sexo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Leal, I. (1990). Nota de abertura. *Análise Psicológica*, 8 (4), 365-366.
- Leal, I. (1995). Nota de abertura. *Análise Psicológica*, 12 (1-2), 3-4.

RESUMO

A Maternidade nos nossos dias é, para a mulher, uma de entre várias opções para a sua realização pessoal. Nem sempre foi assim. Neste artigo, a autora apresenta-nos uma breve evolução histórica e antropológica do conceito de Maternidade. Refere ainda as eventuais repercussões psicológicas inerentes ao modo como actualmente ela é vivenciada.

Palavras-chave: Maternidade, momento histórico, sociedade, implicações psicológicas.

ABSTRACT

Nowadays, maternity is but one of many options open to women in search of personal fulfilment. It wasn't always so. In the article the author presents a brief review of the historical and anthropological evolution of the maternity concept. The possible psychological consequences of the different ways for women to live maternity nowadays are also approached.

Key words: Maternity, historical moment, society, psychological implications.